

A PESQUISA SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES: as condições de acesso aos registros policiais

Marcelo Araújo Silva
Rodolfo Almeida de Azevedo

RESUMO: O Brasil figura no regime de exceção quando o assunto é acesso às informações e registros públicos. Muitas pesquisas encontram dificuldades de acesso às informações em determinados órgãos da administração pública, o que em certa medida, prejudica o desenvolvimento científico de uma cidade ou região. Diante disso, o presente estudo busca entender as condições de acesso às informações públicas a serviço da pesquisa social, reforçando a hipótese de que o percurso da pesquisa quando em contato com os interesses das instituições, desencadeia uma zona de tensão, que em muitos casos coloca o pesquisador em dificuldades nas condições de acesso pleno (intelectual) as informações nos arquivos policiais. O escopo do estudo buscou investigar os mecanismos utilizados por um grupo de pesquisa atuante na mesorregião do Alto Solimões no Estado do Amazonas, bem como, suas experiências no acesso as informações nas delegacias de quatro municípios, em busca de dados e informações sobre violência contra mulheres. Os dados analisados pertencem ao *Programa Observatório da Violência de Gênero no Amazonas*, o qual foi implementado em 2012 como 'Observatório da Violência contra Mulheres no Alto Solimões', vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização da Universidade Federal do Amazonas. Para tanto, foi utilizado o método de análise de conteúdo nos relatórios de campo produzidos pelos membros do grupo de pesquisa que visitaram as delegacias no referido período. A metodologia estabelece três etapas, sendo elas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados: inferência e interpretação. Dos relatos etnográficos analisados nos relatórios de campo foi observado as condições de acesso às informações, nessas organizações, bem como impressões ambientais, rotinas administrativas e situações que envolvem o contato com os agentes e os registros produzidos. Quanto às condições de acesso e contato com documentos, identificamos as seguintes tensões: o ambiente e os aparatos dificultam a consulta; variação de métodos simplificados de organização; inexistência de procedimentos normativos; os próprios documentos como barreiras de acesso. O estudo ainda revela à necessidade de ampliar a discussão sobre o acesso às informações no âmbito das instituições públicas a serviço da pesquisa científica, especialmente as condições em

Marcelo Araújo Silva

marceloarquivista@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7803748757303071>

Graduado em Arquivologia (2015) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Rodolfo Almeida de Azevedo

almeida.azevedo@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4538003029990471>

Mestrando do "Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia" da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM). Bacharel em Arquivologia e Licenciado em História pela UFAM. Professor auxiliar da UFAM.

Submetido em: 31/08/2016

Publicado em: 23/05/2017

organizações policiais e a qualidade da produção dos registros e documentos arquivísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso às instituições. Acesso à informação. Antropologia. Documentos policiais.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil figura no regime de exceção quando o assunto é acesso às informações e registros públicos. Muitas pesquisas encontram dificuldades de acesso às informações em determinados órgãos da administração pública, o que em certa medida, prejudica o desenvolvimento científico de uma cidade ou região. Dito isto, é possível perceber nos estudos sobre acesso, que as questões relativas ao acesso às organizações e seus registros/documentos não reside no cerne do debate acadêmico, ocupando tímidas notas de rodapé, ou citações breves e introdutórias em diferentes níveis de estudo. O cenário torna-se ainda mais preocupante e tenso quando pesquisadores buscam adentrar os "muros" dos órgãos de segurança pública.

A partir dos conceitos de acesso jurídico e intelectual (JARDIM, 1999a), compreendemos que o acesso jurídico figura com o acesso às organizações e seus estoques informações, a partir daí passamos ao acesso intelectual que requer, essencialmente, condições para a configuração efetivamente. Dessa forma, o estudo centra suas preocupações em entender essas condições que norteiam o contato de pesquisadores e as instituições pesquisadas, bem como as relações que permeiam este universo.

Outro ponto em discussão é à *cultural organizacional* nas delegacias e a qualidade dos registros policiais para fins de pesquisa. Os estudos e modelos dessa temática nos forneceram elementos para o entendimento do funcionamento das instituições policiais nos municípios, bem como a rotina das mesmas e as condições de acesso, assim como a produção de registros e tipos documentais produzidos no exercício de suas funções e atividades.

Ademais, a importância deste trabalho, tem sua contribuição acadêmica para o entendimento dos mecanismos e estratégias aplicadas por grupos de pesquisa em busca do acesso pleno às instituições públicas, particularmente quando o acesso é em organizações que não possuem quaisquer normatizações ou regulamentação. Já a sociedade tem em contrapartida, um sinal de alerta para a reflexão sobre políticas públicas de acesso, sobretudo na formulação de instrumentos normativos que beneficiem as pesquisas que servem a sociedade, bem como o conhecimento e responsabilidade com os gastos do poder público, e os passos que caminham a sua história.

Portanto, esta produção tem como objetivo central investigar os mecanismos de acesso às instituições a serviço da pesquisa, especificamente as condições do acesso às informações/registros em delegacias. Para isso, analisamos os relatórios produzidos por um grupo de pesquisadores, a fim de selecionar o que melhor relatava a trajetória das condições de acesso aos registros/documentos nas delegacias e seus desdobramentos.

2 METODOLOGIA

Este estudo é o resultado parcial de um trabalho em desenvolvimento pelo programa de Extensão Universitária Observatório da Violência de Gênero no Amazonas, onde os autores atuaram no referido projeto e desenvolveram atividades de coleta de dados e organização de arquivos.

O universo da pesquisa constitui-se de quatro delegacias de polícia do Estado do Amazonas, precisamente da Região do Alto Solimões, que correspondem aos primeiros municípios visitados. As cidades foram identificadas pelas siglas M1, M2, M3 e M4, com intuito de guardar seus nomes e não comprometer os agentes envolvidos na pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa são os estudantes que através da pesquisa campo, entraram em contato com as instituições e suas informações. Dentre os instrumentos analisados estão a tipologia documental produzida pelo projeto, convencionado como "relatório de campo", que compõe uma estrutura textual de relatório técnico-descritivo com os elementos da produção de texto etnográfico.

O método utilizado foi análise de conteúdo (BARDIN, 2011) a qual seus conceitos e aplicações consubstanciam-se em três etapas, sendo elas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados: inferência e interpretação.

Na pré-análise foi realizado primeiramente a organização do trabalho e a leitura flutuante da documentação selecionada, neste caso, os relatórios de campo, onde obteve-se os primeiros contatos com os documentos e, por fim os recortes. Quanto a exploração do material foi realizado a escolha da categoria de análise *Condições de acesso e os registros/documentos policiais*. Em que reuniu elementos e relatos a partir das observações ambientais e em contato com as peças documentais. Concernente ao tratamento dos resultados realizou-se a interpretação do conteúdo dos documentos e, posteriormente, a inferência norteando aos pólos de atenção expostos no tema da pesquisa, a qual há aplicação dos recortes textuais dos relatórios de campo, bem como inferência do pesquisador para compreensão dos fatos.

3 CULTURA ORGANIZACIONAL E PRODUÇÃO DE REGISTROS POLICIAIS

Para o entendimento das práticas estabelecidas nas organizações do Estado, comprovamos a necessidade de abordar o estudo da cultura organizacional nas instituições públicas brasileiras. Contudo, há inúmeros modelos conceituais, e diversos estudos que sintetizam a sua importância. Dentre os destaques estão Thevenét (1993 *apud* NOVATO-SILVA, 2008) que definiu como um conjunto de princípios e de referências compartilhadas e produzidas historicamente por determinado grupo, como forma de reproduzir os aprendizados. De acordo com Schein (1999) como os princípios que determinam e integram o grupo, em um processo de reprodução de uma maneira correta de lidar com os aspectos do grupo.

O modelo de cultura organizacional percebidos nas localidades deste estudo, e conseqüentemente presentes nos ambientes mais conservadores do setor público, é proposto por Barros e Prattes (1997) que observa quatro subsistemas em plena convergência: formal e informal, e líderes e liderados; a qual percebeu-se uma maior interação entre formalidade e as lideranças, e informalidade e os comandados.

Dentro deste modelo, é possível analisar o compartilhamento de informações nas organizações brasileiras Aidar e Alves (1997 *apud* NOVATO-SILVA, 2008) quando afirmam que a necessidade de convivência entre níveis hierárquicos, imposta pela globalização, juntamente com o aumento da competitividade e busca de padrões de qualidade internacional, esbarra, dramaticamente, em condições de origem sócio-cultural, dado os desníveis da sociedade brasileira.

A imposição de um mundo globalizado e a importância da informação neste contexto permitiu ao geógrafo brasileiro Milton Santos (1996) em sua obra *A natureza do espaço* refletir sobre a transição dos meios, classificando-os em meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, neste último o autor destaca:

A informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação (SANTOS, 1996, p. 191.)

Jardim (1999b) chama a atenção que no território deste mundo globalizado o papel da informação - como vetor fundamental - e a função do Estado estão no centro dos debates, sobretudo na dimensão e nas ações do governo que confrontam-se com uma nova realidade, especialmente com a eliminação de fronteiras

nacionais imposta por esta nova conjuntura do modelo econômico dinâmico. Neste quadro, observa-se a constituição da "Sociedade da Informação", a qual emerge novos territórios e dimensões, aponta o autor:

Uma das dimensões mais demarcadas das sociedades da informação seria a velocidade com que se gera, transmite e processa informação. A informação pode ser obtida de forma praticamente imediata e, muitas vezes, a partir da mesma fonte que a produz, sem distinção de lugar. Paralelamente, observa-se uma tendência à descentralização de populações e serviços (JARDIM, 1999b, p. 26).

Neste contexto, sob a ótica da "Sociedade da Informação", as ciências sociais, nomeadamente a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, a História, as técnicas e as práticas da Biblioteconomia e da Arquivística, os Sistemas de Informação, a Informática e as Tecnologias da Informação, podem e devem convergir no esforço de compreensão e explicitação da informação enquanto objeto científico. E o resultado palpável de tal convergência é a possibilidade de formular projetos de investigação e de formação radicados numa matriz claramente transdisciplinar e homogênea na sua pluralidade interna (SILVA, 1998).

A "Sociedade da Informação" atinge também instituições consideradas mais conservadoras do setor público. Beato Filho (2001) afirma que as organizações policiais têm seu funcionamento da mesma maneira como no século passado, com as mesmas práticas e métodos, entretanto, confronta-se diariamente com problemas deste século, além do mais, a produção de conhecimento sobre a gestão da segurança pública no Brasil ainda é escassa. Tendo em vista que esses ambientes são reconhecidamente um lugar violento e de constante interação com o uso da força em combate a violência, sugere, em certo grau, uma desconfiança de agentes externos e independentes, que no caso, pretendem pesquisar e conhecer suas práticas (ALCADIPANI, 2013).

Sobre os dados em documentos administrativos em delegacias, existe um embate no âmbito da qualidade das informações que a obra *Violência contra mulheres no Brasil: acesso a informação e políticas públicas* (2014), organizado pela equipe do *artigo 19 Brasil*, apresenta um estudo que expõe o 'estado da arte' das informações sobre violência no país, e chama atenção para os problemas dos dados, elencando os problemas do seu tratamento:

Além da inexistência de dados desagregados por sexo e outras variáveis relevantes para as análises das políticas, estudos indicam que entre os principais problemas para esse acesso à informação sobre a

violência contra as mulheres estão: a baixa qualidade das informações existentes e a forma assistemática como são divulgadas em sites, a morosidade na remessa diante de solicitações específicas, a cobertura irregular e parcial das informações, a manutenção de sistemas de informações que não "conversam entre si", impedindo o cruzamento e análise de informações intersetoriais, assim como a falta de treinamento e disposição dos funcionários públicos para a prestação de informações (BRASIL, 2014, p. 5).

A mesma obra apresenta uma série de estudos que discutem as vantagens e desvantagens dos dados e registros administrativos quando utilizados para pesquisa de gênero. De modo que, o seu uso está sendo problematizado em diversos aspectos, sendo os principais pontos para este estudo: registros não planejados e preenchimento incorreto. O não planejamento dos registros e dados geram informações inconsistentes e confusas fornecidos pela produção documental, assim, os formulários que coletam dados direcionam a reflexão, e tendem a prejudicar a análise. Por outro lado, a falta de preparo dos agentes policiais no preenchimento das ocorrências resulta na mesma inconsistência. Por conta disso, os estudos redirecionaram suas análises para a reflexão sobre os registros e sua movimentação no sistema. Daí a possibilidade de uma compreensão onde permitiu questionar a qualidade dos dados, e primordialmente, as condições de acesso a informações disponibilizadas. Em suma, concluiu-se que os dados fornecidos não representavam a realidade da violência contra mulheres, e sim, o que definiu-se como a 'violência que é denunciada', isto é, a violência registrada em documentos administrativos.

Diante disso, há um "estranhamento" o fato de não termos produções científicas que relatassem questões de acesso às informações no âmbito das organizações policiais, bem como as condições de acesso aos documentos e registros sob sua custódia. As produções científicas em Arquivologia pouco mencionam como objeto de pesquisa os arquivos administrativos em poder das organizações, os chamados arquivos correntes, quiçá em órgãos da segurança pública do estado. Consequentemente reside à falsa impressão de que somente os arquivos/documentos permanentes são fontes de pesquisa. Jardim (1999b) afirma que no contexto organizacional de produção corrente, temos o processo técnico e o uso, nesta fase, privilegiado pelo administrador, e excepcionalmente pelo cidadão e pesquisador. Deste modo, o autor não exclui a possibilidade do uso de registros administrativos em fase corrente para fins de pesquisa, e por isso, destacando-se como uma das poucas referências em que o problema é mencionado. Dentre as publicações recentes e, igualmente relevantes da produção Arquivística internacional, podemos citar a obra "Os princípios de acesso aos arquivos" publicado pela Conselho Internacional de Arquivos, em 2012, que repetidamente

relaciona o acesso aos arquivos com as instituições Arquivísticas.

4 OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMAZONAS

O *Programa Observatório da Violência de Gênero no Amazonas*, foi implementado em 2012 como 'Observatório da Violência contra Mulheres no Alto Solimões', vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização da Universidade Federal do Amazonas. Em 2012, o projeto abrangeu os municípios do Sudoeste Amazônico (Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins). Na segunda fase (2013), contemplou os municípios de Fonte Boa, Jutai e cidades colombianas e peruanas adjacentes, integrantes da tríplice fronteira amazônica (Leticia, Puerto Nariño, Santa Rosa e Islândia) para compreender a problemática em contexto transnacional. A ação proporcionou aporte empírico para dimensionar a violência contra mulheres e avaliar políticas públicas em âmbito municipal e regional e fortaleceu rede de interlocução acadêmica que permitiu, em sua terceira edição, a expansão para a mesorregião do Centro Amazônico, abrangendo os municípios de Manaus e Parintins, dentre outros; o que lhe proporcionou uma mudança significativa, transformando-o de projeto de extensão para Programa Permanente.

A relevância acadêmica e social do programa *Observatório da Violência de Gênero no Amazonas* (OVGAM) apoia-se em vários aspectos. Primeiro, merece destaque a possibilidade de produção de conhecimento científico e constituição de base de dados sobre a violência contra mulheres no estado do Amazonas, para além da cidade de Manaus. Embora a produção sobre o tema não seja extensa, constata-se desde os anos 2000, um crescimento de pesquisas, em diferentes níveis e áreas de conhecimento, sobre a temática da violência contra mulheres na capital amazonense (RAMOS, 2003; OLIVEIRA, 2004; CUNHA, 2014).

No entanto, ainda hoje, persiste a escassez de dados e análises aprofundadas que permitam compreender a problemática desde o contexto das cidades do interior e em diferentes regiões do estado do Amazonas - tão diversas geográfica e culturalmente -; é necessário, pois, suprir a lacuna de informações e ampliar o domínio sobre as especificidades regionais e dinâmicas locais da violência contra mulheres.

A ação do Observatório na região tem proporcionado aporte empírico para dimensionar a violência contra mulheres e avaliar políticas públicas em âmbito municipal e regional o que permitiu a construção de um Catálogo da Rede de

Enfrentamento e um Mapa da Violência Contra Mulheres (2013) na mesorregião. Os resultados obtidos na pesquisa documental e etnografia sugerem a necessidade de disseminar informações que ampliem o conhecimento das mulheres sobre os direitos e serviços disponíveis para o enfrentamento a violência, tal como a demanda por aperfeiçoamento profissional, especialmente no que se refere a critérios éticos e práticas condizentes e eficazes para o enfrentamento a violência.

Convém acrescentar que o OVGAM caracteriza-se como um observatório de políticas públicas para enfrentamento a Violência Contra Mulheres, fortemente orientado por pressupostos teórico-metodológicos da Antropologia, ainda que em permanente diálogo transdisciplinar e interinstitucional. De perspectiva qualitativa, a abordagem antropológica - somada à produção de indicadores quantitativos e ao monitoramento de políticas públicas - favorece a observação e descrição da complexa rede de dinâmicas, práticas e sentidos produzidos localmente o que possibilita outros olhares sobre a violência contra mulheres, enquanto dado empírico, e em suas intersecções com gênero, etnicidade, geração, orientação sexual e classe social.

5 ANÁLISE DOCUMENTAL E IMPRESSÕES TIPOLOGICAS

As observações e impressões desenvolvidas neste estudo constituem-se como uma observação documental livre, ou seja, sem o rigor metodológico dos princípios Arquivísticos ou diplomáticos. No entanto, preocupamo-nos em situar os tipos documentais observados dentro do universo de produção do grupo de pesquisa, de modo que suas funções e finalidades sejam compreendidas, subsidiando o entendimento do conteúdo e das técnicas utilizadas na produção como objeto de estudo.

Dentre as espécies documentais produzidas no decurso das atividades de do grupo de pesquisa, destacam-se os relatórios, pois nenhuma outra espécie documental tem o poder de demonstrar com clareza os objetivos do grupo, suas etapas, bem como as suas práticas desenvolvidas. Essas espécies documentais são, em tese, comprovação e prestação de contas da execução das etapas realizadas que constam no planejamento no projeto, fornecendo elementos, dados e informações observados no campo, isso o constitui como tipo documental precioso no universo da produção informacional. Dito isto, dentro do grupo *Observatório da violência de gênero no Amazonas*, utiliza-se dos relatórios para controle das atividades dos bolsistas, bem como o acompanhamento do desenvolvimento da pesquisa. Em 2012, eram produzidos três

tipos documentais no grupo: o relatório mensal, relatório de campo e o relatório anual.

O relatório mensal é um documento que descreve as atividades realizadas no mês, de acordo com o plano de trabalho, e tem por finalidade a prestação de contas pelo bolsista neste período. O relatório anual é um documento que visa descrever todas as atividades do bolsista no período, e tem por finalidade a prestação de contas, bem como observações e análises que indique melhorias e relações de trabalho no grupo. O relatório de campo é um documento técnico-descritivo e etnográfico desenvolvido no campo, bem como suas reflexões sobre o "estar" no campo. E como característica do relato etnográfico, contém impressões, posicionamentos, observações e informações, e tem por finalidade, a coleta de dados e o desenvolvimento da pesquisa.

Observamos que os elementos que envolvem a feitura do tipo *relatório de campo* possui uma combinação de técnicas que o torna o mais completo relato das atividades de campo, por reunir a descrição técnica e o relato etnográfico (em primeira pessoa, com impressões e observações), o que justifica e consolida a escolha do tipo documental como fonte de análise do estudo.

Ao debruçarmo-nos sobre tipos documentais selecionados, notamos primeiramente existência de uma estrutura básica (com pequenas variações) acompanhada da narrativa do conteúdo do documento. Assim, após as formalidades acadêmicas de apresentação com capa e contracapa, o conteúdo divide-se em introdução, descrição da atividade desenvolvida nos municípios (normalmente dois por membro), seguido do dia da produção e relato; e as considerações finais. A introdução expressa do que se trata o trabalho, localidade e objetivo (a origem de sua motivação), começando com o dia exato como título, por exemplo: "dia 20 de julho" iniciando o relato como "neste dia fui ao...", deste modo contém os detalhes das atividades dos dias, com nome dos envolvidos (agentes institucionais, acadêmicos, informantes etc), e o período do acontecimento. E por fim, as considerações finais que inclinam-se ao panorama geral das atividades revelando se "deu tudo certo" ou "tive dificuldades" na coleta de dados e seus "porquês".

Observado os detalhes estruturais, seguimos para o conteúdo do documento. Podemos constatar em análise preliminar que alguns relatórios possuíam um detalhamento excessivo como "acordei às 8h, levantei e fui tomar café" em outros momentos são colocados sentimentos como alegria ou até mesmo frustração pelo isolamento no campo.

Por outro lado, este excessivo detalhamento é positivo quando imbricada as questões relativas às atividades do projeto, detalhamento de ambientes e até frases ditas por alguma agente em exercício do cargo que ocupa. Isso demonstra que a grande maioria dos discentes absorveu o relato etnográfico como "descrição de tudo" que está acontecendo e suas impressões, aprovações e reprovações, enfim, o seu posicionamento sobre a questão.

Na trajetória por busca de dados e informações em delegacias, os tipos documentais "Boletim de ocorrência" (BO), "Termo Circunstanciado de ocorrência" (TCO) e o "Inquérito Policial" (IP) foram amplamente mencionados, pois são as principais peças documentais administrativas de caráter informativo e investigatório que a polícia judiciária produz.

Santin (2007) esclarece que o termo circunstanciado de ocorrência, apresenta-se como um boletim de ocorrência um pouco mais detalhado que, pode-se cumprir exatamente a mesma função de inquérito policial, além disso, no que concerne a tarefa de registrar e documentar os delitos de menor potencial o termo circunstanciado substitui o inquérito policial, já que este é utilizado para investigação dos crimes de médio e/ou grande porte ou de autoria desconhecida.

6 AS CONDIÇÕES DE ACESSO E OS DOCUMENTOS POLICIAIS

O presente tópico tem por objetivo primordial a observância das condições de acesso, referindo-se, basicamente ao interior das instituições durante a consulta aos arquivos policiais. O contato com os documentos/registros tiveram como foco de análise a identificação de instrumentos facilitadores ou não de acesso, assim como a situação dos arquivos policiais, suas práticas e rotinas nas cidades pesquisadas.

O espaço para a consulta aos arquivos nas delegacias dividem o mesmo ambiente com os funcionários, conforme discriminado no presente relato: *"tivemos que nos adequar ao lugar de pesquisa, pois onde Claudio Neves, Ângela Gomes, Rose Silva e eu João Soares tivemos ficar que dividir uma mesa para quatro pessoas para poder produzir a pesquisa"*.

Além disso, há condições ambientais difíceis para pesquisa em documentos, os próprios documentos mostram-se como barreiras de acesso também, visto que alguns municípios ainda utilizam-se de registro manuscrito na ocorrência do fato:

algumas ocorrências não podiam ser entendidas devido à caligrafia de quem escreveu os dados do agressor ou vítima na sua grande maioria estava incompleto, outro detalhe foi à repetição de

ocorrências encontradas no livro e por último a resistência do delegado Miguel Ramos em não deixar fotografar as ocorrências para dar uma acelerada na pesquisa na DIP.

Outro detalhe foi a identificação de registro duplicados no trecho acima, o que dificulta e confunde a pesquisa, bem como a não utilização do recurso de fotografia das peças documentais, uma vez que estes recursos acelera a coleta de dados e informações. A proibição da utilização do recurso fotográfico aplicado aos documentos também foi percebido por outro discente ao descrever que "*no setor que pesquisamos que o foi o Departamento Policial, a pesquisa foi demorada no sentido que o Delegado não deixou fotografar as ocorrências, sabemos que esses dados são restritos e por isso a burocracia fala com maior intensidade nessas situações*".

Além do mais, o discente avalia e tem conhecimento da natureza restrita dos dados, e a preocupação do responsável com disseminação dessas imagens. Contudo, em algumas cidades, foram possíveis perceber o acesso intelectual (pleno) aos documentos, especialmente com relatórios mensais que são enviados a Secretaria do Estado de Segurança Pública (SSP) e lista de detentos e infrações praticados no município:

O Chefe de Polícia rapidamente me cedeu os Boletins de Ocorrência, Inquéritos Policiais e Termo Circunstanciado de Ocorrência e os Relatórios Mensais de Produtividade que são remetidos a Secretária de Justiça e Secretária Nacional de Segurança Pública, pois na DIP havia presos de Justiça, no momento da presente pesquisa eram 26, tive acesso à lista com nome dos presos e a infração criminal.

Igualmente, como no caso acima, as informações permitem um comparativo das unidades e a ausência de classificação que facilitaria o acesso aos documentos e melhor controle das unidades documentais quando, na verdade, era utilizado o tipo de delito para arquivamento. E diferentemente de alguns municípios, em M4 a fotografia dos documentos foi permitida:

A Delegacia de M4 possui o mesmo espaço físico da DIP de M3, a diferença é que a última deve ter passado por uma reforma recente as dificuldades encontradas na Delegacia de M4 é que a maioria das ocorrências não havia número, só existe o tipo do delito e os dados da vítima e acusador tem mais informações comparando em relação os dados da cidade anterior, nosso trabalho foi menos árduo na delegacia de M4 devido ao fato que o delegado nos autorizou a tirar fotos das ocorrências, esse fato foi que tornou a nossa pesquisa mais rápida na delegacia de M4.

Um município em especial chamou atenção do discente para o grau de organização dos documentos produzidos pela delegacia, bem como a utilização de materiais próprios de arquivos, e uma separação tipológicas de documentos visando a sua rápida recuperação, sobretudo noções de ordenação, o que levou o discente a afirmar que esta organização facilitou a sua pesquisa:

Os BO's produzidos no ano corrente ficam em um armário dentro do Gabinete do Delegado, os dos anos anteriores ficam arquivados na permanência da delegacia também em um armário, o que me surpreendeu foi a forma como os documentos estão arquivados, é tudo muito organizado, em caixas de arquivo e na lateral uma lista com cada tipo de crime e quantidade, nos casos de IP e TCO e os BO estavam em envelopes separados por mês e na sequencia numérica, não tive quase nenhuma dificuldade para me organizar durante a pesquisa documental, pois os documentos eram todos muito organizados.

Em M1, a SSP já havia implementado o novo formulário de registro de ocorrência, mudando assim o suporte e a maneira como eram registrados as ocorrências, abandonando assim, os livros tipo Ata, o que enfoca o processo de modernização de algumas delegacias da região:

Em M1 já é utilizado o formulário de Registro de Ocorrência que é disponibilizado pela Secretária Estadual de Segurança Pública, foi o meu primeiro contato com o documento eu ainda não tinha trabalhado com o documento visto que em outro município, as Ocorrências são registradas em um livro do tipo Ata.

Em M2 os discentes não eram monitorados quando em acesso aos documentos, no entanto, a exigência do responsável era que os documentos estivessem da maneira que foi encontrado, o que revela o pleno acesso, sem a necessidade de fiscalização dos agentes institucionais:

podíamos ficar com os documentos sem que o responsável pela delegacia estivesse presente, às 17h:00min fui convidada a me retirar junto com meus colegas, guardamos tudo, arrumamos os documentos para que não houvesse problemas futuros.

Em observação aos dados contidos nos documentos, o discente pontua os problemas da falta de informações e dados em alguns boletins de ocorrência, descrição do documento, campos contidos e dificuldades de preenchimento.

Ao chegar fiz a descrição detalhada sobre o BO, fiz isso durante a manhã quase inteira pois o BO é um documento que contém campos a serem preenchidos

com várias dados sobre a vítima e também sobre o autor além de conter um espaço de 12 linhas para dados complementares, onde está descrito o resumo da ocorrência, espaço esse que nem sempre é utilizado completamente e nem sempre contém informações sobre o acontecido, mas dados que já estão descritos nas páginas anteriores do documento.

A interação com os agentes e observação fornecem informações quanto a justificativa do não preenchimento de alguns campos e as impressões do documento, assim como a afirmação que esse tipo de trabalho não os competem:

Em outro momento da conversa eles falavam sobre o BO que segundo eles é complicado e detém campos para informações desnecessárias como a altura e peso do autor do crime, alguns deles não sabiam como preencher o documento, e quando o fazem deixam de colocar informações cruciais para a presente pesquisa, mas é como eles dizem isso não é trabalho deles, pois não são PC's.

O sistema de arquivamento de documentos tem por base a tipificação dos crimes, onde observou-se equívocos de informações que deveriam conter nos crimes de pequeno porte como é o caso específico dos TCO's, que seria crimes com pena de até dois anos de detenção

Saí da Delegacia às 13h: 00min para almoçar e retomamos o trabalho às 14h: 25min recontamos todos os documentos e fotografamos, encontrei em meio aos TCO's um que o crime era estupro, me surpreendi, pois, nunca tinha visto um TCO de estupro que é considerado um crime hediondo.

Assim, a classificação por tipologias, no caso: Termo Circunstanciado de Ocorrência e Inquérito Policial, poderiam conter informações de outros crimes não pertencentes a tipologia adequada, o que resultaria na dificuldade da recuperação da informação e, conseqüentemente, a “ausência” do crime. Outro fato importante diz respeito ao tratamento com os documentos "De acordo com informações que obtive durante uma reforma na delegacia os documentos molharam e com isso se perderam".

Os descuidos com os documentos no que remete a ações preventivas foram desconsideradas, o que provocou perda de informação e dados que, de alguma forma, pune as pesquisas com suas "ausências", daí a importância da presença dos planos preservação e avaliação de riscos.

7 CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS E TRANSITÓRIAS

No modelo organizacional, as delegacias portaram-se segundo a concepção do modelo proposto por Barros e Prates (1997) que captado em âmbito nacional, baseia-se em quatro sistemas: O formal e o informal, dos líderes e liderados. Assim percebe-se a concentração do poder quando dirige-se diretamente ao delegado (líder) para liberação do acesso e a confluência com o aspecto formal na exigência do documento de comprovação da pesquisa, assegurando comprovação da atividade desenvolvida. O aspecto informal em confluência com os liderados destaca-se pela postura de fornecer muito além do que foi pedido. De modo que, ainda em conformidade com autor, a flexibilidade faz parte do modo brasileiro de administrar a coisa pública, uma maneira de "cumprir" algo porque parece ser bom, do que analisar, de fato, se é legal.

Quanto às condições de acesso e contato com documentos, identificamos as seguintes tensões: A) O ambiente e aparatos dificultam a consulta aos documentos; B) Variação de métodos simplificados de organização de documentos; C) Inexistência de procedimentos normativos de acesso; D) Os próprios documentos como barreiras de acesso. As instalações e a estrutura física das organizações dificultam a consulta aos documentos e informações, no entanto, as delegacias não tem essa finalidade, e por isso apresentam espaços reduzidos e abertos para consulta aos documentos que apresentam-se conflitantes com a rotina da organização. Por outro lado, no que concerne a organização dos arquivos, observou-se uma variação de métodos de organização que integram ações simplificadas, mas que devido à quantidade reduzida e baixa produção, mostram-se minimamente satisfatória, visto que a necessidade de intervenção arquivística se faz na apresentação de problemas que dificultam o desenvolvimento das atividades nas organizações, em exercício pleno de suas funções.

Em alguns casos, o preenchimento incorreto de informações, as formas de escritas (letras ilegíveis) e o desconhecimento das funções dos documentos, culminou em informações confusas, duplicadas ou ilegíveis, configurando-se como uma das principais barreiras de acesso às informações. A qualidade dos registros policiais quanto a ausência de informações essenciais ou complementares, e a classificação dos crimes quanto ao formato documental adequado ficou latente nos relatórios de campo, uma vez que o preenchimento das ocorrências possuem, em sua grande maioria, apenas alguns campos, o que prejudica a coleta de dados para a pesquisa.

E por fim, observou-se uma disparidade entre os municípios no que tange a modernização ou padronização dos formulários como o uso do "formulário de registro de ocorrência", bem como a inexistência de procedimentos normativos de acesso, o

que coloca o delegado como soberano no acesso aos dados de violência de sua unidade policial, podendo permitir o acesso total, parcial ou mesmo restringir, além de regular o uso de qualquer tecnologia como estratégia de coleta de dados.

SOCIAL RESEARCH IN ORGANIZATIONS: the conditions of access to police records

ABSTRACT: Brazil is an exception regime when it comes to access to information and public records. Many researches find it difficult to access information in certain institutions of public administration, which to some extent undermines the scientific development of a city or region. Thus, the present study seeks to understand the conditions of access to public information in the service of social, whose hypothesis is that the route of research when in contact with the interests of the institutions triggers a zone of tension, which often puts the researcher in difficulties in full access conditions (intellectual) information in police files. The scope of the study was to investigate the mechanisms used by a research group active in the middle region of Alto Solimões in Amazonas state, as well as their experiences in accessing the information in police stations in four cities in search of data and information on violence against women . The data analyzed belong to the Observatory Program of Gender Violence in the Amazon, which was implemented in 2012 as 'Observatory on Violence against Women in Alto Solimões', linked to the Dean of Extension and Internalization of the Universidade Federal do Amazonas. For this, we used the method of content analysis in the field reports produced by members of the research group who visited police stations in the period; where this methodology establishes three stages, as follows: Pre-analysis; material exploration; Treatment of Results: inference, and interpretation. Ethnographic reports analyzed in field reports were subject to the conditions of access to information in these organizations, as well as environmental impressions, administrative routines and situations that involve contact with the agents and the records / documents produced. The conditions of access and contact with documents, we identified the following conflicts: The environment and the devices hinder the consultation of documents; variation of simplified methods of document organization; lack of regulatory access procedures; the documents themselves as access barriers. The study also reveals the need to broaden the discussion on access to information within public

institutions of scientific research service, in particular the conditions of access for law enforcement agencies and the quality of production of records and archival documents.

KEYWORDS: Access to the institutions. Access to information. anthropology. Police documents.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. Confissões Etnográficas: fracassos no acesso às organizações no Brasil. *In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE*, 4., 2013, Brasília. **Anais...** Brasília, 2013. p. 1 - 16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ43.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. **Artigo 19 - Violência contra a mulher no Brasil:** acesso à informação e políticas públicas. 2014. Disponível em: <<http://artigo19.org/wp-content/uploads/2015/03/Relat%C3%B3rio-Viol%C3%Aancia-contra-a-Mulher.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, B. T.; PRATTES, M A. S. **O estilo brasileiro de administrar**. São Paulo: Atlas, 1997.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Informação e desempenho policial. **Teoria & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 7, p. 117-150, 2001.

CUNHA, Flávia Melo da. **Marcas de um crime invisível**. Manaus: Wega, 2014.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil:** problemas de acessibilidade e disseminação. Rio de Janeiro: Conarq, 1999a. Disponível em: <<https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/informacao-arquivistica-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. **Transparência e opacidade do estado no Brasil:** usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999b.

NOVATO-SILVA, José Wanderley. **Informação na gestão pública da saúde sob uma ótica antropológica:** do global ao local no Estado de Minas Gerais. 2008. 395 f. Tese

(Doutorado em Ciência da Informação)-- Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OLIVEIRA, Kátia Lenz César de. **Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro**: sobre violências conjugais contemporâneas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RAMOS, Jucelem Guimarães Belchior. **A representação social da mulher no contexto da violência conjugal na cidade de Manaus**. Recife: Bagaço, 2003.

SANTIN, Valter Foletto. **O Ministério Público na investigação criminal**. Bauru: Edipro, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHEIN, E. **Guia de sobrevivência da cultura corporativa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998.